

Terras Indígenas em áreas de transição Cerrado-Amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde ¹

Maria Lucia Cereda Gomide

Professora do Departamento de Educação intercultural da Universidade Federal de Rondônia

Email: malugomide@unir.br

Carlos Aikanã

Professor indígena da escola da T.I. Tubarão Latunde, graduado pelo Departamento de Educação intercultural da Universidade Federal de Rondônia.

Email: carlosaikana@unir.br

Resumo

Este estudo busca compreender, no contexto da formação histórico-espacial de Rondônia, o processo de ocupação da área de transição cerrados/floresta amazônica e suas implicações sobre os territórios indígenas. Enfoque especial foi dado para a Terra Indígena Tubarão Latunde, e o povo Aikanã que ali vive. Por outro lado, são comentados os conhecimentos do povo Aikanã e sua resistência cultural. A metodologia contemplou, além de levantamentos bibliográficos, trabalho de campo e mapeamentos com imagens de satélite. A pesquisa resulta de nossa experiência como professora e aluno do departamento de Educação intercultural na Universidade Federal de Rondônia.

Palavras chave: Povos indígenas; Rondônia; cerrados; Aikanã.

Indigenous Reserve in the transition area Cerrado-Amazonia in Rondônia: the case of the T.I. Tubarão Latunde

Abstract

This study investigates the occupation process in the transition area between the Cerrado and the Amazon rainforest, in the north-western Brazilian state of Rondônia, as well as the implication of this process on indigenous reserves in the area. This study mainly focuses on the Tubarão Latunde Indigenous Reserve and the Aikanã people that live in it. Furthermore, we comment on the knowledge of the Aikanã people and their cultural resistance. The methodology for this study included bibliographical research, field work and mapping of the area using satellite imagery. This research is a result of my experience as a teacher and student in the Department of Intercultural Education at the Federal University of Rondônia.

Keywords: Indigenous; Rondônia; cerrados; Aikanã.

Tierras indígenas en zonas de transición Cerrado-Amazonas en Rondônia: el caso de T. I. Tubarão Latunde

¹ O artigo é uma parte dos resultados de pós-doutorado no curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, sob tutoria do Prof. Dr. Nazareno José de Campos, ao qual agradeço e ainda à UNIR – Universidade Federal de Rondônia pela oportunidade.

Resumen

El estudio busca comprender, en el contexto de la formación histórico espacial de Rondônia, el proceso de ocupación del área de transición savana- selva amazónica en este estado/departamento y sus implicaciones para los territorios indígenas. Destaque especial es dado para la Tierra Indígena Tubarão Latunde y el pueblo Aikanã que vive ahí. Por otro lado son discutidos los conocimientos del pueblo Aikanã y su resistencia cultural. La metodología consistió en levantamientos bibliográficos, trabajos de campo, mapeamientos de imágenes de satélite. La investigación resulta de mi experiencia como profesora y estudiante del Curso de Educación Intercultural en la "Universidade Federal de Rondônia - UNIR".

Palavras clave: Indígenas; Rondônia; cerrados; Aikanã.

Introdução

Este estudo tenciona comprender, no contexto da formação histórico-espacial de Rondônia, o processo de ocupação da área de transição cerrados/floresta amazônica e suas implicações sobre os territórios indígenas. As terras indígenas que se localizam nesta região são: Tubarão Latunde e Kwaza do Rio São Pedro, Rio Omere, Mequens, e a terra interdita Tanaru². A região do cone sul de Rondônia e limites com Mato Grosso, é o recorte geográfico deste estudo. Para a análise do presente estudo, o conceito de território seguramente é importante para se entender as continuidades e rupturas dos territórios-terras indígenas que se localizam nas áreas de transição cerrado-amazônia, onde avança o agronegócio impondo novas configurações espaciais. Estas ocorrem em uma velocidade diversa do tempo vivido pelos povos indígenas, levando a inúmeros confrontos, transformações culturais e ambientais. Como bem argumenta Haesbaert (2015, p. 9), “enquanto para os grupos hegemônicos parece haver o desenho de uma ‘geografia da ordem’ (almejada, dominante), para os subalternos predomina claramente a ‘desordem’ de um espaço fragmentado que parece não lhes conceder abrigo e/ou estabilidade”. Portanto, neste espaço, o capitalismo se desenvolve “desigual e combinado revelando-se com toda sua crueza” (idem), ao mesmo tempo mostrando “os processos de resistência (quase inteiramente invisibilizados), ainda que em escala menor, de grupos como os camponeses e povos tradicionais que de longa data usufruíam, sem cercas, das terras de uso comum” (op.cit., p. 8). Assim, entende-se que mudanças nas configurações do

² De acordo com a FUNAI 2018, “a atual delimitação da TI Tanaru foi estabelecida em 2015, por meio da Portaria do Presidente da Funai de número 1040 de 16 de outubro. Não obstante, as primeiras interdições de área ocorreram já na década de 1990, logo após a confirmação da existência do índio isolado da TI Tanaru.”

espaço, “em nosso mundo atual de domínio do capital, transformar não significa propriamente mudar para o benefício de todos.” (CAMPOS, 2015:194).

Concorda-se com Haesbaert (2004, p. 95-6) quando afirma a importância da “historicidade do território [e] sua variação conforme o contexto histórico e geográfico”. Ele afirma ainda que:

Enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto pela lógica capitalista hegemônica. Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural simbólica’ (HAESBERT, 2004, p. 95-6).

Portanto, a diversidade predomina quando se trata do território, e nisto não há linearidade entre os atores que o ocupam e que o dominam, o que explica a constante luta, conflitos, entendimentos e desentendimentos em relação ao mesmo.

O cone sul de Rondônia: domínio dos cerrados e as constantes ameaças

A beleza e a riqueza biodiversa dos cerrados foram descritos por vários autores (AB’SABER, KLINK; MACHADO, 2005; EITEN, 1972; FERRI, 1977; RIBEIRO et al., 1981, COUTINHO, 1990, WARMING 1973), os quais destacam que sua flora é a mais rica das savanas do mundo, possuindo um alto nível de endemismo. Igualmente rica é sua fauna, aves, peixes, répteis, anfíbios, insetos, sendo relativamente pequena as espécies de mamíferos (KLINK; MACHADO, 2005: 148). No entanto, a realidade atual dos cerrados é como Bursztyn (2002, p. 9) descreveu: “[...] o Cerrado é a cara do Brasil. Cidades inchadas, favelas, campos arrasados pelas máquinas e povoados por bois, soja, cercas”.

O domínio dos cerrados, a mais rica savana do mundo em biodiversidade (Myers et al., 2000; Silva & Bates, 2002 *apud* Klink e Machado 2005), encontra-se ameaçado, por ter se tornado em um espaço de grande produção de grãos. Assim, tem sido extremamente devastado, com altas taxas de desmatamento, superiores às da floresta amazônica. A produção é proporcional à degradação dos recursos naturais, incluindo a água, solo e biodiversidade (Bursztyn, 2002, p. 9). Estudos indicam que se não mudar o ritmo do desmatamento, nos próximos 30 anos pode ocorrer uma grave extinção da flora dos cerrados (GANDRA, 2017).

Todas as alterações sucedidas nos cerrados provocaram uma grande fragmentação desse domínio, sendo que “[...] essas modificações podem criar as condições necessárias para que invasões biológicas aconteçam no fragmento por intermédio de espécies de plantas, nativas ou exóticas, contribuindo para diminuir a integridade biológica do fragmento em questão” (RAMBALDI; OLIVEIRA, 2005, p. 117). De tal modo, atualmente são poucas as áreas de cerrados contínuos, como encontrado em algumas terras indígenas, por exemplo nas terras dos Xavante no Mato Grosso, ou na Kraho no Tocantins (GOMIDE, 2009). Em Rondônia, no interior da T.I. Uru Eu Wau Wau, existe uma mancha significativa de cerrados e outras menores nas terras indígenas Tubarão Latunde, Kwaza do rio São Pedro, Mequens e Massaco.

Para a Rede Cerrado, entre as principais causas da degradação está a expansão da pecuária, sendo cerca de 10% das pastagens já em estado de grande degradação, por falta de manejo adequado. Além da pecuária, as monoculturas, em especial de soja, eucalipto, cana de açúcar e algodão, desmatam e contaminam com agrotóxicos extensões dos cerrados. Toda essa ocupação leva “[...] o ecologicamente incorreto e o socialmente injusto parecem estar sendo o preço a ser pago pelo economicamente viável” (BURSZTYN, 2002, p. 10).

O Ministério do Meio Ambiente divulgou, em junho de 2018, os dados sobre desmatamento dos cerrados, realizado pelo INPE. As áreas levantadas nos anos de 2016 e 2017 correspondem respectivamente a 6.777 km² e 7.408 km². Estes dados revelam que embora tenha uma queda em relação a 2015, ainda continua significativo o desmatamento nos cerrados.

O empenho de conservação dos cerrados tem sido muito abaixo ao da Amazônia; em 2011, dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA) informam que “8,1% do bioma Cerrado encontra-se protegido por Unidades de Conservação. Destas, 3,1% são de Proteção Integral e 5% de Uso Sustentável, principalmente Áreas de Proteção Ambiental - APA's - (4,9%)”. Em 2015, pouca coisa mudou: 8,6% da área total dos cerrados estão sob a proteção legal, ou seja, em unidades de conservação, o que ainda é um valor insignificante, mostrando que o “Cerrado é um caso de enorme desatenção” (Voivodic, WWF Brasil, 2018). Enfim, uma questão importante diz respeito a que o Cerrado não foi considerado como patrimônio nacional como os outros biomas, pela Constituição Federal de 1988, o que deveria ser reparado com urgência.

Os Cerrados em Rondônia

Existe certa controvérsia sobre os limites dos cerrados no Brasil. Ao se comparar algumas das propostas de localização destes limites, verifica-se importante omissão em relação ao estado de Rondônia. As propostas da Embrapa Cerrados (1986) e outra do IBGE (2004) não coincidem quanto aos limites. Na indicada pelo IBGE incluem-se áreas extensas em São Paulo, oeste da Bahia e no Maranhão, enquanto são omitidos os cerrados dos estados de Rondônia e do Piauí. Assim, toda a área proposta pela Embrapa em Rondônia foi excluída pelo IBGE (EMBRAPA CERRADOS, 2007). No Atlas de desastres naturais (2013), vê-se descrito a fitogeografia de Rondônia, destacando a importância das configurações geomorfológicas e climáticas locais para a formação da cobertura vegetal, onde ocorrem Floresta Amazônica, Pantanal e Cerrado. É demonstrado, portanto, que

A cobertura vegetal de Rondônia é reconhecida pela grande biodiversidade de espécies. Isto ocorre por ser uma área de transição entre o domínio geomorfológico³ do Brasil Central e o domínio geomorfológico amazônico (GOVERNO DE RONDÔNIA, 2003 *apud* CEPED-UFSC, 2013, p. 20).

Relatório do POLONOROESTE indica que, “situado no sul da Amazônia, o estado de Rondônia apresenta nítidas interferências climáticas do Brasil central, que lhe confere regiões situadas no centro-sul do estado, uma fisionomia de ecossistema de transição, entre o cerrado do planalto central e a floresta amazônica” (LISBOA, 1989, p. 111). O mesmo autor explicou que a vegetação em Rondônia sofre influência devido aos acidentes do relevo de grandes dimensões, como “a Chapada dos Parecis e a Serra dos Pacaás Novos. As duas apresentam uma diversificada mistura de condições topográficas” (op.cit. 36).

No estudo de Miranda *et al* (2006) foram pesquisadas áreas de cerrados em Vilhena, entre os rios Roosevelt e Comemoração. Neste estudo é enfatizada a relevância biogeográfica da Chapada dos Parecis, “uma vez que para Leste drenam os rios formadores da bacia do Tapajós, constituindo-se então num divisor de águas” (MIRANDA *et al*, 2006, p. 421). Os mesmos autores, no estudo sobre vegetação dos cerrados de Rondônia, explicam a riqueza dos cerrados de transição que ocorrem no sul, e as áreas de enclaves ao norte do estado:

³ A geomorfologia de Rondônia apresenta-se variada com áreas de Planície Amazônica, Depressão do Solimões, Depressão Interplanáltica da Amazônia Meridional, Planalto Residual da Amazônia Meridional, Planalto dos Parecis, Depressão do Guaporé e Planície e Pantanal do Guaporé (BRASIL, 1978).

Em Rondônia, os cerrados localizam-se em grandes áreas contínuas, localizadas no sul do estado, na transição entre os domínios da floresta amazônica e dos cerrados do Brasil Central. Na transição com o bioma amazônico, os cerrados se entrelaçam com florestas abertas com palmeiras e florestas estacionais semideciduais. Composto ainda esse cenário de “tensão ecológica”, existem também, no norte do estado, áreas isoladas ou “ilhas” de cerrado, também conhecidas como savanas amazônicas. Esses fragmentos parecem que foram isolados pela expansão da floresta tropical neste último período úmido interglacial (MIRANDA, I. *et al*, 2006, p. 420).

Portanto, os cerrados em Rondônia têm a importância de se localizarem como o limite norte do domínio dos cerrados brasileiros e são ainda considerados como o mais rico entre os cerrados das áreas isoladas na Amazônia. É relevante também considerar que os cerrados rondonienses são ligados por “corredores contínuos” aos cerrados do Centro-Oeste do Brasil, e que possuem também conexões com as savanas do norte da América do sul.

Embora não tenham sido identificadas em nível específico, a maioria das espécies arbóreas encontradas nos cerrados estudados em Rondônia é comum às espécies que ocorrem nas principais áreas dos cerrados brasileiros, com exceção interessante de *Caraipa savannarum*, que não ocorre no Brasil Central (Mendonça *et al.*, 1998) [...] sugerindo que os cerrados de Rondônia possuem fortes relações florísticas com o cerrado do Brasil Central, como também nas savanas do Norte de América do Sul, fato que demonstra sua característica de transição entre esses dois importantes domínios vegetacionais (MIRANDA, I. *et al*, 2006, p. 424).

Do ponto de vista geocológico e botânico, os cerrados em Rondônia possuem típicos mosaicos florístico e fisionômico desse domínio, tendo afinidades com o Centro-Oeste (MIRANDA, I. *et al*, 2006, p. 426). Portanto, essas áreas de cerrados em Rondônia, embora não muito extensas, tem grande valor pela sua biodiversidade e pela sua localização de área de transição entre biomas. Características importantes do ponto de vista biogeográfico, pois a Chapada dos Parecis⁴ atua como barreira, sendo divisor de águas das Bacias Madeira e Tapajós.

⁴ O Planalto dos Parecis ocupa áreas localizadas nos municípios de Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras, Chupinguaia, Nova Brasilândia d'Oeste, Parecis, Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Santa Luzia d'Oeste e Vilhena. (CEPED UFSC, 2013:19).

Como já comentado, os cerrados rondonienses estão em parte localizados nas terras indígenas. Fragmentos mais expressivos de cerrados encontram-se nas seguintes terras: Uru Eu Wau Wau, Massaco, Kwaza do Rio São Pedro, Tubarão Latunde, Parque Aripuanã, Mequéns, Roosevelt. Seguindo o atual ritmo de ocupação e exploração, em pouco tempo estas terras indígenas serão as únicas áreas de cerrados conservadas no estado.

Os cerrados e as desordens do capital

Os cerrados em Rondônia, como em outros estados onde se situam este domínio, são áreas de expansão do agronegócio da soja. Para compreender os novos espaços do agronegócio deve-se ir além do local, buscando entender conjuntamente com a escala nacional e a global (HAESBAERT, 2015, p. 8). Neste sentido, o novo avança nos “[...] espaços de uso camponês e de pecuária extensiva, resultando em uma paisagem com forte presença de cultivos agrícolas homogêneos” (ALVES, 2015, p. 11-13).

No início da década de 1970 a colonização avançava ao longo da BR-364, mas as áreas de cerrados ao sul do estado permaneciam fora deste processo por serem consideradas áreas pobres para agricultura. Entretanto, a frente migratória avançava e atingia o seu desenvolvimento a partir da cidade de Pimenta Bueno, ou seja, onde começa a transição do cerrado para a floresta amazônica (THERY, 2010, p. 184). Todavia, nesse período, os cerrados eram ainda tidos como áreas impróprias para a agricultura, e a cidade de Vilhena era apenas “uma parada na estrada que levava até Rondônia” (idem); a cidade servia como pouso de avião, nos campos dos cerrados, “pois Vilhena se situa a alguns quilômetros da fronteira do Mato Grosso. Nada muito surpreendente nisso: os campos são muito arenosos e muito secos e a cidade só dispõe da água trazida de três quilômetros por um vaivém de caminhões e quase totalmente inadequada para a agricultura” (op.cit., p. 188).

Em 1980, vários municípios de Rondônia foram desmembrados, caso de Vilhena, sendo dele criados os municípios de Colorado do Oeste, Cabixi e Cerejeiras. Em 1992 foi criado o município de Corumbiara e, em 1995, o município de Chupinguaia. Neste contexto, no ano de 1991 Vilhena passou de uma área de 33.440 km² para 14.754 km². Portanto, no sul do estado foram se formando vários municípios menores mas com alta taxa de urbanização no período entre 2000-2010, segundo

confirma Costa (2014:307), certamente reflexo da expansão e consolidação do agronegócio da soja.

De acordo com Miranda *et al* (2006), no município de Vilhena as áreas de cerrados são sucessivamente convertidas em cultivos de grãos, as monoculturas, destacando-se a soja. No ano de 2006, a soja já avançava nos cerrados, embora também em “áreas agrícolas e pastos abandonados” (Miranda *et al*, 2006, p. 420).

Especificamente em relação à expansão da soja e a consequente degradação dos cerrados, diferentes autores têm analisado o assunto, entre estes: Bombardi (2017), Alves (2015), Repórter Brasil (2009), Duarte e Theodoro (2002).

A soja está entre os 10 produtos mais vendidos no total das exportações brasileiras, sendo o primeiro lugar como grão, e também como farelo de soja, tendo a China como principal comprador (Bombardi, 2017, p. 22). A área, que atualmente a monocultura da soja ocupa no Brasil assombra: são 33,2 milhões de hectares, o qual “[...] corresponde à área territorial de 3,6 maior que Portugal, 4,2 maior do que a Escócia, 10,9 maior que a Bélgica” (Bombardi, 2017, p. 27).

Desta forma, o entorno das terras indígenas nos cerrados brasileiros está em grande parte comprometido com a cultura da soja, e as suas conseqüências já conhecidas, como: uso intenso de agrotóxicos, contaminação da água e solo, desmatamentos, degradação do solo, perda da biodiversidade e uso de transgênicos. Neste sentido, afirma-se que as populações indígenas são altamente vulneráveis a esta situação, sendo que a maior parte das terras indígenas dos cerrados já se encontra ameaçada e/ou contaminada. No entanto, a expansão continua; de acordo com os levantamentos da CONAB, a produção da soja vem aumentando, assim como a área plantada em todo Brasil. O estado do Mato Grosso mantém-se como o maior produtor brasileiro, enquanto que Rondônia aparece como sendo o estado da região norte onde a expansão da soja é contínua e crescente.

Em janeiro de 2017, os municípios de Rondônia com maior produção de soja eram Vilhena, Corumbiara, Chupinguaia, Pimenteiras, Cerejeiras e Cabixi, todos situados na região sul do estado (Diário da Amazônia, 22/01/2017). Apesar da concentração dos cultivos no cone sul do estado, a partir do ano de 2016 constatou-se que era para as regiões central e norte do estado que estavam se dirigindo os plantios de soja. As lavouras se dirigem ao norte, nos municípios⁵ de Porto Velho, Ariquemes, Itapuã do Oeste, Rio Crespo, Alto Paraíso e Machadinho do Oeste, e no centro do

⁵ Nos municípios do Vale do Jamari a produção cresceu mais de 70% em 2016, e em Machadinho D'Oeste, aumentou a produção da soja em 220% no período de 2015 para 2016.

estado, em Alto Alegre dos Parecis, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Machadinho do Oeste, Cujubim, São Francisco e Seringueiras (CONAB 2016, EMBRAPA março/ 2017). Para entender esta expansão dos cultivos da soja ao norte do estado de Rondônia, deve-se lembrar que isto decorre da melhoria da infraestrutura viária, assim como implantação de hidrovias, como a do rio Madeira, para escoar o produto. Oliveira (2006) explica que com as modificações na infraestrutura de transportes advindas dos programas “Avança Brasil” e “Brasil em Ação”, “[...] a principal região produtora de soja deixaria de ser aquela com os mais altos custos de transportes” (OLIVEIRA, 2006, p. 17), como de fato que vem ocorrendo em Rondônia.

Em relação às áreas para implantação dos cultivos de soja, a CONAB (2016) informou que Rondônia “[...] possui grandes áreas em pastagens e parte dessas áreas poderão ser transformadas em um futuro próximo em lavouras de soja”, enquanto que a EMBRAPA (2017) confirma e salienta que outro fator que contribui na expansão nessa região é o plantio em áreas de pastos degradados, “a soja ocupa[ndo] pouco mais de 1% da área de Rondônia (260 mil hectares), a pecuária está[ndo] presente em cerca de 8 milhões de hectares e que toda a área de expansão de soja será onde hoje se pratica a pecuária” (EMBRAPA, 2017). De acordo com Costa (2014, p. 309), “[...] a incorporação de áreas de pastagem convertidas em áreas de grãos foi a primeira mudança exponencial na paisagem agrícola que inaugurou o espaço das *commodities*, ampliando-o para os demais municípios do sul de Rondônia”.

Outro dado preocupante foi publicado em 15 de dezembro de 2017, pelo Projeto Soja Brasil, noticiando que em Rondônia existem cerca de “4 milhões de hectares com potencial para produção de soja”. Em suas palavras: o estado é uma “fronteira agrícola com grande potencial para a soja [pois há] pelo menos 4,5 milhões de hectares de pastos degradados [...] os quais podem se mudar para a agricultura”.

Portanto, prevê-se um grande aumento de cultivo de soja, que sem dúvida ocupará no futuro áreas de pastos degradados. No entanto, deve-se avaliar que a soja não está exclusivamente sendo cultivada nessas áreas. Aqui cabe um parênteses em relação aos 4,5 milhões de hectares de terra degradada: nestas áreas, a degradação foi ocasionada pela falta de vegetação, o que trouxe erosão dos solos, formação de voçorocas, compactação do solo por pisoteio de gado, assoreamento de igarapés, nascentes degradadas e também a perda de biodiversidade. Estas áreas poderiam ser recuperadas de forma ambientalmente saudável e sustentável, como, por exemplo, pelos sistemas agroflorestais. Por outro lado, é importante refletir sobre esse valor de 4,5 milhões de hectares degradados, correspondente a quase totalidade da área em hectares de todas as terras indígenas de Rondônia somadas.

As Terras Indígenas da área de transição Cerrado-Amazônia em Rondônia

As terras indígenas Tubarão Latunde, Rio Omerê, Kwaza do Rio São Pedro, Mequéns e Tanaru, vivem diversos povos indígenas. A região sul também abriga a área do território tradicional do povo Nambiquara, divididos em diferentes grupos, que vivem na área de cerrados entre Rondônia e Mato Grosso.

Quadro 1: situação fundiária das terras indígenas do cone sul de Rondônia

Terra indígena	Área há	Localização	Situação fundiária	Povos indígenas	População
Tubarão Latunde	117 mil	RO	Homologada	Aikanã, Kwazá Maimande, Latunde Sabane	350 aikana Sem dados
Kwaza do rio São Pedro	17 mil	RO	Homologada	Kwazá	54
Rio Omerê	26 mil	RO	Homologada	Kanoe Akunsu	04 (319 em outras terras indígenas) 04
Rio Mequens	108 mil	RO	Homologada	Sakurabiat	319
Tanaru		RO	Interditada	Isolado	?

Fonte: Funai, 2018.

Atualmente, os povos indígenas Aikanã, Kwazá, Latunde, Maimande e Sabane possuem pequenas populações (ver quadro 2); entre estes povos existem relações matrimoniais e culturais, embora sejam falantes de línguas distintas. A grande riqueza de línguas é caracterizada por distintas famílias: família linguística aikanã (isolada), família linguística kanoe (isolada), família linguística kwazá (isolada), família linguística nambiquara (do norte Sabane, do sul Maimande, Latunde), isolada, da família Tupari (tronco Tupi): línguas Sakurabiat, Akuntsu. Existem poucos estudos sobre estes povos; aqueles feitos até o momento são na maioria realizados por linguistas. As T.I.s situadas nessa região de Rondônia abrigam povos indígenas que viveram, num passado recente, situações drásticas de violências.

A Terra Indígena Tubarão-Latundê e os povos que aí vivem

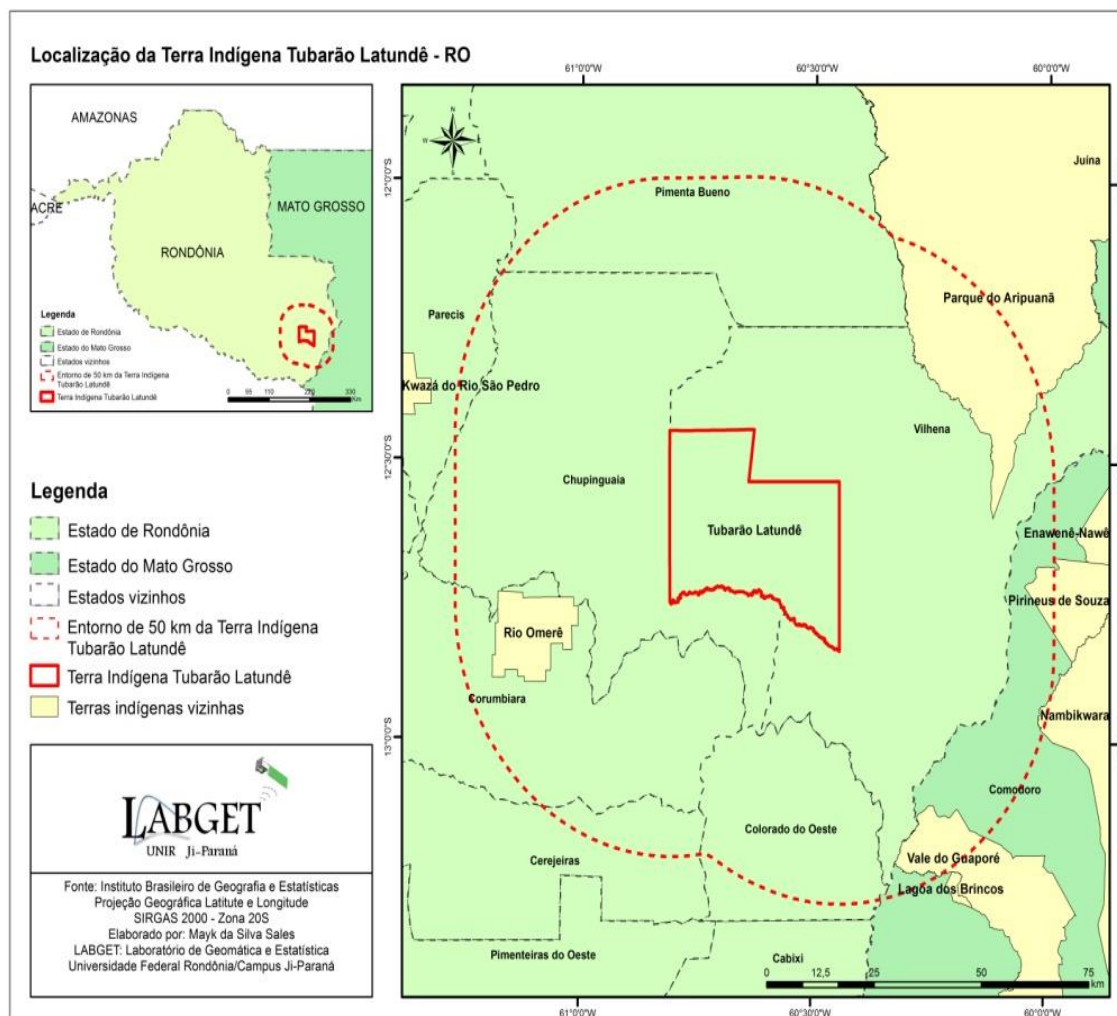
A Terra Indígena Tubarão-Latundê possui uma área de 116.613 hectares e abriga vários povos: além dos Aikanã, os Kwaza, Latunde, Sabane e Mamaidê (estes 3 últimos são grupos Nambiquara); a população é de aproximadamente 300 pessoas

(ISA, 2018), sendo cerca de 200 aikanã. A demarcação ocorreu em 1982, mas todo o processo iniciou em 1972. A localização da terra indígena é no sul de Rondônia, nos municípios de Chupinguaia (que é o centro urbano mais perto da terra indígena, ficando distante 14 km), Colorado do Oeste e Vilhena.

A terra indígena Tubarão situa-se em área de transição de vegetação, em seu interior ocorrem áreas de cerrado e de floresta amazônica. A distribuição espacial destas áreas de vegetação dá-se da seguinte forma: florestas mais ao sul e próximas ao rio Pimenta Bueno, campo cerrado ao centro e, ao noroeste, cerrado. A língua⁶ Aikanã é uma língua isolada, como explicada pelos linguistas Vasconcelos (2005) e Voort (2013).

⁶ Aikanã é uma língua indígena de Rondônia, falada por aproximadamente 175 das 200 pessoas, ainda não foi possível comprovar qualquer relacionamento genealógico com outras línguas. (VASCONCELOS, 2002; VAN DER VOORT, 2005 *apud* VOORT, 2013).

Figura 1: Terra indígena Tubarão Latundê e seu entorno de 50 km



Fonte: Elaboração Maik Silva Sales (2013).

Existem poucos estudos sobre os Aikanã. Vasconcelos (2005) e Voort (2000) observam que é de 1915 o primeiro registro sobre este povo. Sobre seu nome, explicam que Aikanã é sua autodenominação, mas foram chamados por outros nomes.

A referência mais antiga a eles feita com este nome é de Becker-Donner (1955, p. 275-343, *apud* Cestmír Loukotka, 1968, p. 163) em que os Aikanã são chamados de “Masaca ou Aicana”. [...] Outros nomes que este povo recebeu foram Corumbiara, Kasupá, Mundé e, por fim, Tubarão. (Rodrigues, 1986:94 *apud* Vasconcelos 2005, VOORT, 2013, p. 359)

Entre 1913 e 1914, Nordenskiöld realizou viagem pelo rio Guaporé, da qual resulta o livro *Exploraciones y Aventuras em Sudamérica*; no livro figuram informações sobre os Aikanã, chamados por ele de Huari (MEZACASA, 2017, p. 133-36). O

etnólogo escreve sobre seu encontro com este povo no rio Corumbiara e registra informações da língua: “[...] tanto os nomes pessoais quanto as 69 palavras dos ‘Huarí’ que foram publicados por Nordenskiöld são praticamente idênticos àqueles dos Aikanã de hoje” (VOORT, 2013, p. 359). Outras informações são sobre as relações entre exploradores seringueiros e os indígenas. Neste sentido, Nordenskiöld relata seu encontro com os proprietários dos barracões e os conflitos que estavam ocorrendo na região.

[...] quería que retomase las relaciones amistosas con los indios e hiciera olvidar la cuestión del barrido. Para la compañía era importante llegar a saber con seguridad si eran estos u otros indios los que habían matado a golpes a varios de sus trabajadores, uno de ellos a menos de dos leguas de la barraca (NORDENSKIÖLD, 2001, p. 282 *apud* MEZACASA, 2017, p. 136).

Pelo clima de tensão entre seringalistas e indígenas, “[...] e receoso com a violência que poderiam sofrer os Huari, propõe que o melhor a ser feito é deslocarem-se para o barracão de seringa em Pimenteira” (op.cit. 142), pois previa que suas terras seriam conquistadas em meio a conflitos com seringueiros, o que era prejudicial para a manutenção dos seringais (op.cit. 143).

A cultura material, como adornos corporais das mulheres, foram documentadas. É interessante observar que vários destes adornos ainda são feitos atualmente, como as pulseiras feitas de tatu canastra. Nordenskiöld também fez registros por meio de fotos, de outros objetos da cultura material, como flechas. Estas figuras das flechas foram pesquisadas, reconhecidas e descritas por Carlos Aikanã em 2015, da seguinte forma:

Essas flechas eram utilizadas pelo povo antigo Aikanã, cada flecha tem sua finalidade: flecha 1 - (Karaw'i) tem dois pontas que serve para matar peixe. Flecha 2 - (Hidepapii) tem três pontas que serve para alvejar pássaros. Flecha 3 - (Pukiiri) tem um gancho abaixo da ponta que serve para matar nambu, macuco, mutum entre outras aves grandes. Flecha 4 - (Hürisunuwã'i) tem dois ganchos abaixo, que essa flecha, ela era só fabricado, quando guerreava contra outro povo para espantar o mau físico. A flecha 5 e 7- (Sabewa-Karawawü'i tem formato de concha que serve para alvejar animal grande como, a anta, onça, queixado, catete e veado. Flecha 6- (Sabewa) tem também formato de concha que serve também para matar animal de pote grande. A flecha 8- tem o mesmo nome da flecha 3 pukiiri que serve para matar espécies de aves pequenos (AIKANÃ, 2015).

Os Aikanã dividem-se em três aldeias: Tubarão, Rio do Ouro e Latundê; na terra indígena ainda existe a aldeia Felipe Camarão, onde vivem parte do povo Sabane. Os Aikanã, assim como os demais povos que vivem nessa terra, foram transferidos de seus territórios historicamente ocupados. De acordo com informações dos mais velhos (Aikanã, 2015), habitavam terras mais ricas próximas ao rio Tanaru, a oeste do rio Pimenta Bueno. Os Aikanã, antes de serem transferidos, trabalhavam nos seringais em troca de mercadorias (VASCONCELOS, 2005).

Na década de 1940, o SPI mantinha um posto próximo ao rio Pimenta Bueno, onde vários povos indígenas foram aldeados. Entre estes foram levados os Aikanã, também contagiados por doenças, sendo que muitos morreram (PRINCE, 1981 *apud* VASCONCELOS, 2005). Por sua vez Vasconcelos (2005) afirma:

[...] Com uma equipe preparada para pesquisa de minérios enviada pelo General Rondon, entre 1941 e 1943, Dequech comandou a Expedição Urucumacuan, que percorreu a região em busca de possíveis jazidas de ouro no rio Pimenta Bueno e seus afluentes. Naquele período, manteve freqüentes contatos com os índios da região, inclusive os Aikanã – por ele referidos como “Massacá”, e documentou, com detalhes, todos os contatos e atividades que desenvolveu durante sua viagem.

Nas palavras de Carlos Aikanã (2015), “[...] os aikanã desconheciam a existência do SPI” assim como de seus direitos sobre a terra, por esta razão não reivindicaram seu território.

O território tradicional dos Aikanã, nas cabeceiras do rio Pimenta Bueno, abrangia uma parte considerável do sudeste do estado, e os vizinhos tradicionais eram os Kanoê e Kwazá (também de línguas isoladas), Salamã (Tupí, Mondé), Mekens e Wayoró (Tupí, Tuparí), Kepkiriwat (Tupí, extinto) e Latundê (Nambikwára do Norte). Provavelmente, houve contatos esporádicos com povos das cabeceiras do rio Branco também, como os Tuparí (Tupí, Tuparí), Arikapú e Djeoromitxí (Macro-Jê, Jabutí) (VOORT 2013, p. 359).

As lembranças dos velhos sobre suas terras contam da fartura dos recursos naturais e a fertilidade da terra, boa para os cultivos dos roçados. Lembra também a abundância de animais, inclusive de peixes e da caça, ainda a grande diversidade de frutas nativas e das ervas medicinais, enfim, de todos os recursos que se encontravam em seu antigo território (AIKANÃ, 2015).

Ao ser removido para atual terra indígena, não são mais encontrados o que tinha como na outra terra antigo. Porque a

terra é pobre, não existem muitos rios nesta área que tenha peixes de qualidade. Deste modo o trabalho da roça não é muito produtivo, pelo fato de as pessoas que vivem na aldeia central Tubarão estarem fixo na terra arenosa. Mesmo sendo a terra fraca e poucos recursos naturais, os povos Aikanã ainda se dedica com a lavoura da roça (AIKANÃ , 2015).

Os territórios indígenas, não sendo devidamente demarcados, perdem importantes áreas que podem guardar espaços simbólicos, como, por exemplo, os cemitérios ou antigas aldeias. Embora sendo espaços importantes ao povo, não são respeitados; neste sentido se compreende melhor a fala de Carlos Aikanã, solicitando um desvio da rodovia RO-391, onde se encontrou vestígios de uma aldeia aikanã. Estas são áreas que lembram a sua história e suas perambulações, que remetem a uma territorialidade tradicional:

Outras questões importantes que cito e resalto é sobre a descoberta do cemitério, durante a construção do alargamento da rodovia RO-391, perto da ponte sobre o rio Pimenta Bueno, dois quilômetros para baixo da barra do rio Chupinguaia e 15 quilômetros do centro da cidade Chupinguaia (RO), ou seja, no entorno da Terra indígena Tubarão Latundê. Várias ossadas, dentes, artefatos de cerâmicas e de pedra foram encontrados. Os Aikanã, sem nenhuma dúvida afirmaram que ossos e objetos são dos seus antepassados que tiveram uma grande aldeia no lugar dos achados. Ainda, os Aikanã afirmam e que tem prova que naquela região e a margens do rio Pimenta Bueno povoava a maioria dos Aikanã, antes de serem removidos para nova área que hoje vivem (AIKANÃ, 2015).

A desterritorialização exprime a perda do território, da identidade cultural e da própria vida. Neste sentido, os povos destas terras indígenas em Rondônia estão em luta contínua pela (re) territorialização, o que significa manter suas terras e seu modo de viver. Ao cobrar o direito à diferença, os povos indígenas “estão dizendo a todo o momento: que viver (de acordo com) a sua própria cultura – ou existir enquanto coletividade distinta – não se dissocia de viver em suas terras. Estar na terra, viver com/na terra é ‘*condição de existência*’ dos modos de vida desses povos” (COELHO *et al*, 2017). Esta condição de existência dos povos indígenas está constantemente ameaçada, tanto nas áreas de florestas quanto das regiões de cerrados do estado.

Uma importante questão diz respeito às explorações que ocorreram no passado por parte dos não-indígenas, como, por exemplo, a extração da madeira de lei. Nesse sentido, Carlos Aikanã comenta sobre as invasões de madeireiros que acabaram por explorar toda a área, deixando um grande prejuízo ao povo pois

difícilmente a floresta degradada vai se recompor. Também é sobre esta questão que a terra indígena se vê empobrecida, pois ainda existiam muitas madeiras até a década de 1970, junto com a abundância de caça, hoje rarefeita.

[...] na época em que o povo Aikanã chegou a essa terra foi no ano aproximadamente de 1970, e nesta área existiam ainda madeiras, eram áreas de florestas, com madeira de lei, como o mogno, cerejeira e cedro-rosa e outras espécies de madeiras (...). Hoje é muito difícil de encontrar um pé de mogno com a copa grande, mas ainda restam outras espécies de madeiras, mas madeira de lei como o mogno está escasso (AIKANÃ, 2015).

Portanto, as explorações da terra indígena levam a inúmeros prejuízos, como a em relação à caça, assim comentada:

[...] outra coisa que se percebe nessa área que [...] os animais da região estão desaparecendo, a zoeira do motosserra, leva as caças fugirem para mais longe, onde podem ter seus abrigos para reproduzirem os seus filhotes e conseguir os alimentos. Devido isso fica difícil de encontrar a caça com mais facilidade e, quando encontra é num lugar muito distante (idem).

As pressões pela terra e a degradação da área levam a mudanças no padrão da territorialidade, pois os movimentos pelo território são importantes momentos de aprendizagem. As coletas, as caçadas e pescarias, quando não são mais realizadas ou mesmo diminuem, causam grande modificação na cultura e modo de viver. Infelizmente, é fato que os jovens têm saído para trabalhar fora da terra indígena, alterando ainda mais seu modo de vida.

Uso e conservação dos recursos naturais

A resistência é grande! Com a manutenção, sobretudo, da língua, a cosmologia é mantida. Existe entre os Aikanã um rico conhecimento cultural, voltado aos usos e manejos dos recursos naturais. Ao analisar o uso dos recursos naturais pelos povos indígenas é sem dúvida importante frisar que os conceitos de “natureza” e o seu “uso” estão relacionados às suas cosmologias, às suas visões de mundo operando em outras lógicas.

Considerando o uso dos recursos naturais da Terra Indígena Tubarão Latunde, observam-se alguns dos saberes Aikanã. Em um breve levantamento foram nomeadas espécies vegetais, entre estas frutíferas e madeiras, que são úteis no cotidiano, e que denotam a importância ambiental da área de transição cerrado-amazônia e seu uso

pelos indígenas. Destacam-se na alimentação as coletas nas palmeiras buriti e patuá, e frutas como jatobá, mirindiba, buriti, cajá, jenipapo, pariri, laranjinha, pama, mão de gato entre outras. Outro alimento é o gongo, larva que se desenvolve em palmeiras e que é importante na dieta tradicional de vários povos indígenas.

Outros conhecimentos tratam da fauna, descrevem os problemas que já enfrentam devido à escassez dos recursos em uma terra indígena cercada por pastagens e pela soja, onde os animais vivem confinados pois não tem alimento fora das terras indígenas e meio de se reproduzirem. Os saberes sobre os comportamentos dos animais indicam quais são e onde estão os alimentos procurados pela fauna, como, por exemplo, o mutum, a paca e o queixada que se alimentam de varias frutas como buriti, pequi, mirindiba e côco. Observa-se os saberes do comportamento da fauna, a importância do alimento a ser preservado, que são as frutas dos cerrados e da mata.

[...] o queixada-eroe se alimenta de buriti, semente de seringueira e de outras árvores de frutas da floresta. O queixada está distribuído em algumas partes da terra indígena Tubarão Latundê. E os queixadas só vivem onde tem farturas de alimento (AIKANÃ, 2015).

Fica claro, portanto, que os cerrados, para o povo Aikanã, tem inúmeros e diferentes usos, essenciais para sua vida no dia a dia, mas que vem sendo destruídos à medida que a ocupação do entorno avança sobre seu território.

Muitas dessas populações [da Amazônia], hoje detentoras e geradoras da maior parte dos recursos agroecológicos na Amazônia brasileira, encontram-se em processo de transformação, enquanto boa parte das plantas cultivadas e dos conhecimentos a elas associados, em diversas regiões da Amazônia e no mundo inteiro, estão sendo perdidos. Cabe perguntar se a agrobiodiversidade pode ser mantida – ou continuar sendo criada – em contexto de globalização acelerada. Em outras palavras, há espaço e futuro para modelos de tipo socioambiental frente aos desenvolvimentistas? (LÉNA, 2002).

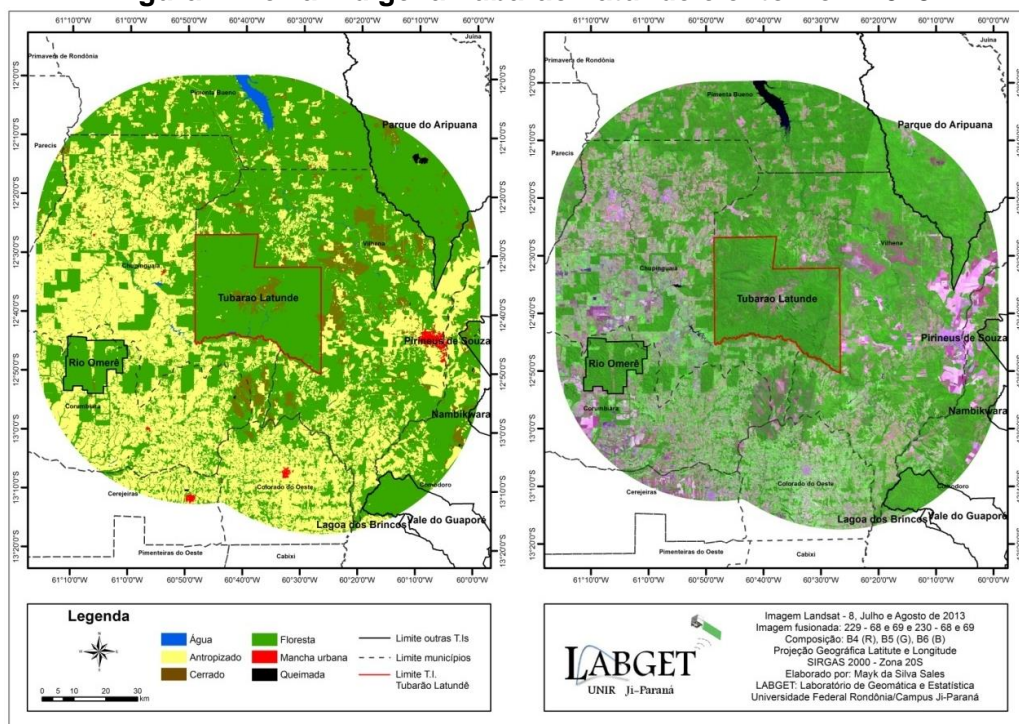
Em especial, os diferentes usos dos recursos naturais por indígenas e não indígenas acaba por definir as diferentes e contrastantes paisagens. Neste sentido, concordamos com a afirmação de Balée (2008, p. 9), segundo o qual “[...] paisagens são encontros de pessoas e lugares cujas histórias estão impressas na matéria,

incluindo mat6rias vivas”. Por um lado, as paisagens do desmatamento; e de outro, a conserva73o destes recursos em geral com a cobertura da vegeta73o.

Diferentes paisagens na Terra Ind6gena Tubar3o Latund6 e seu entorno

Exp6e-se a seguir um mapa de localiza73o da terra ind6gena Tubar3o latunde, parte da 3rea de estudo, tendo como centro a T.I. Tubar3o e os 50 km ao seu redor. As terras ind6genas mais pr6ximas est3o assim localizadas: a oeste, a T.I. Rio Omere e a Kwaza do rio S3o Pedro; ao sul e a leste, as terras dos Nambiquara, sendo T.I. Pirineus de Souza e Vale do Guapor6 no estado do Mato Grosso; e a nordeste, o Parque do Aripuan3, territ3rio dos Cinta Larga e de parte dos Sabane (Nambiquara). Na figura, o mapeamento do uso do solo, no ano de 2013, aponta as grandes 3reas de agricultura circundantes e as terras ind6genas como conservadoras da vegeta73o, cerrado e transi73o para a floresta amaz3nica. Como j3 foi descrito anteriormente, o entorno das terras ind6genas est3 comprometido com diferentes usos e diversas formas de degrada73o. Em geral, este uso e a ocupa73o v6m causando impactos socioambientais negativos, al6m da extra73o da madeira, queimadas, desmatamentos e cria73o extensiva de gado, as monoculturas de gr3os, em especial a soja, j3 se encontram nos limites da terra ind6gena Tubar3o.

Figura 2: Terra ind6gena Tubar3o Latunde e entorno – 2013



Elabora73o Mayk da Silva Sales (2013).

Com a construção das usinas de Jirau e Santo Antonio (Porto Velho) também foram construídos os linhões de transmissão e torres de alta tensão, sendo que algumas delas estão muito próximas da terra indígena. As palavras de Carlos Aikanã resumem a preocupação com a atual situação do entorno:

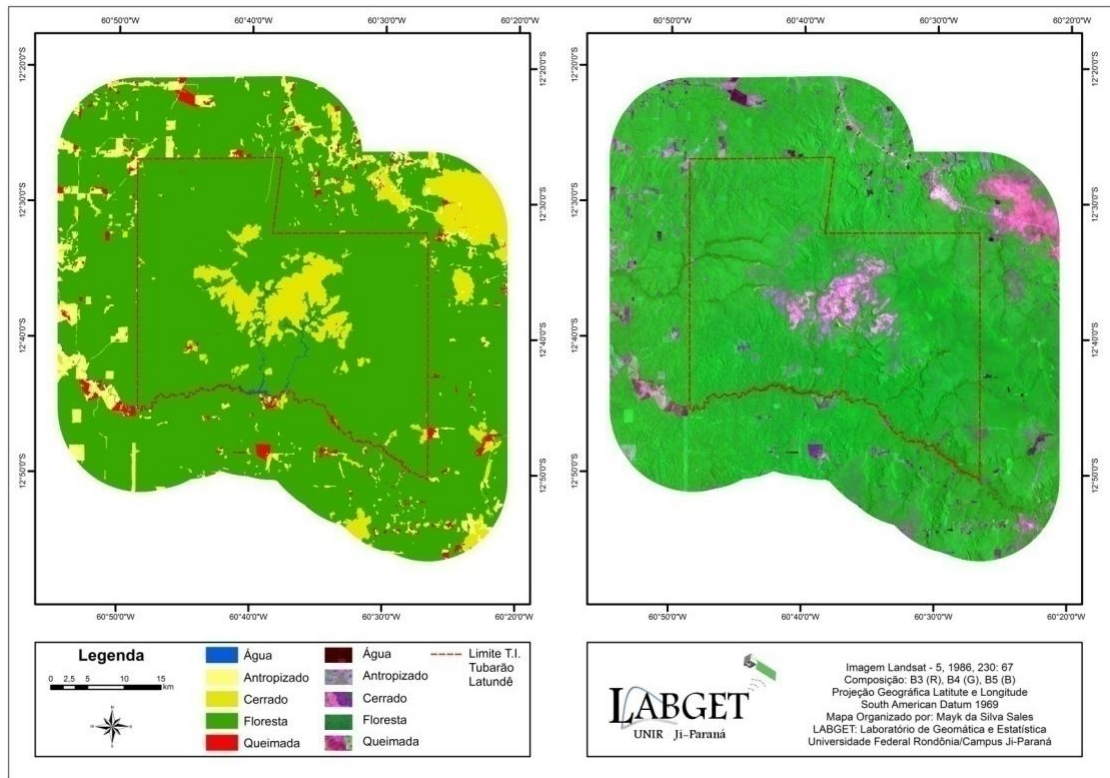
Atualmente, pelo que observamos o entorno da nossa Terra Indígena Tubarão/Latundê modificou muito, já não são como era antes quando o povo dos Aikanã chegou a esta área após de serem deslocados pelos homens brancos, porque antes as florestas cobriam as distâncias de quilômetros além dos limites da nossa área. (AIKANÃ, 2015)

Outra questão importante de se ressaltar é em relação aos cultivos de soja. Como também comentado anteriormente, estas estão no entorno das terras indígenas da região sul de Rondônia. Os indígenas também informaram que “existem ocasiões em que os produtores da soja jogam as embalagens de agrotóxico com resíduos direto nas terras indígenas - tendo havido inclusive situações em que índios pegaram os galões usados por achar bonito, limpam-nos e usaram até para armazenar água para consumo humano” (Repórter Brasil, 2009).

[...] como a nossa terra fica um pouco próximo desta plantação, acaba nos prejudicando, os agrotóxicos para o combate das pragas que ataca as plantas. Com isso, o vento leva o veneno para outros lugares acabando prejudicando muitas coisas como, os insetos, os pássaros. Os insetos ao fugirem para outros cantos muitos caem no rio, lagoa e igarapé e onde os peixes aproveitam destes insetos alimentando-se e acabando por ser contaminado pelo veneno. Também o vento e a chuva pode levar o veneno para os igarapés e rios contaminando-os. A nossa preocupação com estes tipos de problemas é, porque as pessoas da nossa aldeia, às vezes vão a este lugar para pescar e, correndo o risco de serem contaminados pelo veneno químico ao ser ingerido peixes pescado por famílias e, porque nem todas as pessoas adultas da aldeia tem consciência disso e, ainda mais criança que não conhece estes tipos de problemas que causam mal a vida (AIKANÃ, 2015).

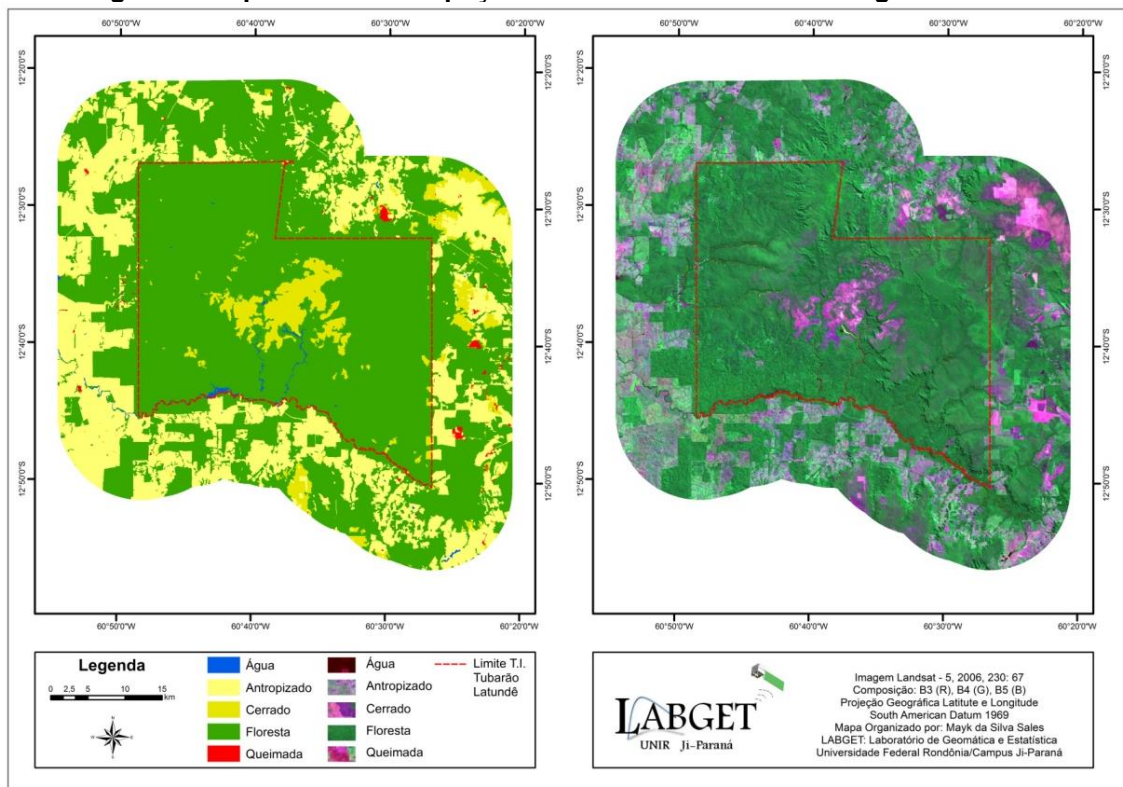
Em dois mapeamentos, um de 1986 e outro de 2006, compara-se o avanço da ocupação em torno da terra indígena. Em 1986, são poucas áreas abertas para agropecuária, quando se observa a floresta e os cerrados conservados. Em 2006, a abertura da vegetação já é intensa, tendo ficado a terra indígena bem limitada; observa-se em seu interior apenas manchas de cerrados (figuras 3 e 4).

Figura 3: Mapa de uso do solo em 1986: Terra Indígena Tubarão Latunde



Elaboração Mayk da Silva Sales (2013).

Figura 4: Mapa de uso e ocupação do solo em 2006: Terra Indígena Tubarão



Elaboração Mayk da Silva Sales (2013).

Os Recursos hídricos na terra Indígena Tubarão Latunde

A terra indígena está localizada nas bacias hidrográficas dos rios Pimenta Bueno e Comemoração. Em relação aos recursos hídricos, podemos afirmar que para a população indígena os rios são parte fundamental de suas existências. No trecho a seguir, Carlos Aikanã explica sobre a situação dos rios, já sentindo a falta de peixes em parte por conta da construção de barragens:

E os peixes deste Rio-Pimenta estão diminuindo, devido a barragem [...] isso impede a subida de vários peixe onde pescamos e, também os peixe que tem no rio são migratório, por motivo disso não conseguimos a pesca suficiente para alimentação. Os peixes que pescamos no rio maior, como no rio Pimenta são: pacu, piau, piranha, pintado, peixe-cachorro e mandi. O que mais pescamos são os peixes pequenos nos igarapés e lagoas, como: carás, lambari, traíra e jejum. Onde antes o povo Aikanã vivia a 16 quilômetros mais ou menos abaixo do rio Pimenta, costumava-se pescar muito peixe grande, ali tinha fartura de peixe, ninguém sentia falta de peixe porque povoavam bem próximo das margens do rio que dava muito peixe. Pintado, pacu, piau, pirara e barbado. Hoje as pessoas da comunidade passa por necessidade de alimentar peixe (AIKANÃ, 2015).

O mapeamento das nascentes das bacias hidrográficas, onde se localiza a terra indígena Tubarão Latunde, mostra a riqueza de nascentes e cursos d'água da região. No interior da terra indígena existem vários igarapés e rios menores; no entanto, os rios principais passam pela terra mas nascem em fazendas, e nem sempre estão livres de contaminações ou degradações das nascentes, configurando uma preocupação imediata e também futura, pois o grande número de nascentes pode estar comprometido por diferentes usos.

Algumas considerações (finais)

Aqui procuramos refletir sobre as terras indígenas que localizam-se na área de transição Cerrado-Amazônia, no estado de Rondônia. Os cerrados, neste estado, pela sua posição geográfica, são considerados de grande relevância. Entretanto, como demonstrado, é intensa a ocupação pelas grandes monoculturas assim como a

degradação destas áreas. Enfocou-se a terra indígena Tubarão Latunde, o povo Aikanã e sua atual conjuntura devido às pressões socioambientais sofridas. Priorizou-se a pesquisa sobre o entorno da terra indígena, para entender a ocupação da região e seus impactos. Os mapeamentos com imagens de satélite contribuíram para revelar as áreas de uso e ocupação da terra e a evolução do desmatamento na região estudada. Diante deste quadro buscou-se analisar a dinâmica de ocupação que revela a situação atual de comprometimento ambiental do entorno da Terra Indígena, a partir do mapeamento multitemporal com utilização de imagens orbitais. Visualiza-se, assim, a fragmentação da vegetação de transição Cerrado-Amazônia, e como em outros estados vem ocorrendo a substituição, ou seja, a destruição intensa dos cerrados pelas monoculturas de grãos.

Neste cenário, as terras indígenas apresentam-se como ilhas em espaços cada vez mais fragmentados. Por este motivo os povos indígenas, em um futuro próximo, podem ter graves problemas para sustentar seus recursos naturais (GOMIDE, 2009). No entanto, ressalte-se que as terras indígenas na Amazônia são importantes contribuições na conservação da sociodiversidade, assim como da biodiversidade.

Por fim, propõe-se que existam políticas de proteção às terras indígenas, com a implantação, por exemplo, de corredores de sustentabilidade entre as terras, para que as últimas áreas florestais contínuas possam ser mantidas, conservando, assim, a integridade dos povos indígenas em seus territórios.

Referências

AIKANÃ, Carlos. **Terra Indígena Tubarão Latunde, seus recursos naturais e uma Proposta de plano de gestão ambiental e territorial** Trabalho de conclusão de curso Departamento de Educação Intercultural/Unir Rondônia. 2015.

ALVES, Vicente Eudes (Org.) **Modernização e regionalização nos cerrados do centro norte do Brasil oeste da Bahia sul maranhão e do Piauí e leste Tocantins.** Ed Conferencia /FAPESP. 2015.

AZEVEDO, A., Alencar, A., Moutinho, P., Ribeiro, V., Reis, T., Stabile, M., Guimarães, A. 2016. **Panorama sobre o desmatamento na Amazônia em 2016.** IPAM, Brasília, DF, 2016.

BINSZTOK, Jacob et al. **Projetos Integrados de Colonização: Paradigma da Contra-Reforma Agrária Promovido Pelo Regime Militar Nos Anos 70 Na Amazônia.** In BINSZTOK, Jacob; Tubaldini, M. A. (Org) sociedade, ruralidade, ambiente e comunidade em Rondônia :desafios e perspectivas. Belo horizonte. Fino traço editora. 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de Agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Européia** - São Paulo: FFLCH-USP, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE **Mapeamento do uso e cobertura do Cerrado Projeto Terra Classcerrado. 2013.** MMA. BRASÍLIA 2015.

BURSZTYN, M. *In*: DUARTE, LAURA M. G. E THEODORO, SUZI (Org). **Dilemas do cerrado – entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

CAMPOS, Nazareno. **Populações tradicionais e formas de uso comum.** Transformações atuais em áreas de fronteiras agrícolas. *In*: ALVES, Vicente (Org.) Modernização e regionalização nos cerrados do centro norte do Brasil oeste da Bahia sul maranhão e do Piauí e leste Tocantins. Ed conferencia /FAPESP, 2015

COELHO DE SOUZA, Marcela; MOLINA, Luisa; LEWANDOWISKI, Andressa. Demarcação das terras indígenas. A memória da terra: o que o marco temporal não pode apagar. **Le monde diplomatique Brasil**, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DE RONDÔNIA. **O Cerrado de Rondônia também está ameaçado.** 2014.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. 2016. **Acompanhamento de safra brasileira:** grãos, décimo levantamento, julho 2016/ Companhia Nacional de Abastecimento. – Brasília: Conab, 2016. Publicação mensal.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira:** grãos, décimo levantamento, julho 2017/ Companhia Nacional de Abastecimento. – Brasília: Conab, 2017. Publicação mensal.

COUTINHO Leopoldo M. O Cerrado e a Ecologia do Fogo. **Ciência Hoje.** Vol. 12, nº 68: 22-30, Rio de Janeiro, 1990.

DUARTE, Laura M. G. E THEODORO, Suzi (Org). **Dilemas do cerrado – entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

EITEN. The cerrado vegetation of Brazil. **The Botanical Review**, 38 (2): 201-341, 1972.

EMBRAPA. **Mapeamentos de cobertura vegetal do bioma cerrado:** estratégias e resultados. Documento 190. Novembro 2007.

FERREIRA, Maria. Rondônia: principais fases de desenvolvimento. *In*: ALMEIDA DA SILVA, A. et al (Org). **Colonização, território e meio ambiente em Rondônia.** Reflexões Geográficas. Porto Velho.

FERRI, M. **IV Simpósio sobre o Cerrado**, EDUSP, São Paulo e Livraria Itatiaia Editora Ltda, Belo Horizonte, 1977.

GANDRA, Alana. **Estudo prevê extinção de um terço de espécies nativas do cerrado em 30 anos.** Reportagem. Agência Brasil. 23 de março de 2017.

GOMIDE, Maria Lucia C. **Maranhã bododi a territorialidade Xavante nos caminhos do Ró- cerrados.** Tese doutorado. Dep. Geografia. FFLCH/USP. São Paulo, 2009.

HAESBAERT, R. PREFÁCIO do livro ALVES, Vicente (Org.) **Modernização e regionalização nos cerrados do centro norte do Brasil oeste da Bahia sul maranhão e do Piauí e leste Tocantins**. Ed conferencia /FAPESP, 2015.

_____. **O Mito da desterritorialização**. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Ed. Bertrand Brasil. 2004.

KLINK, C. A; MACHADO, R. A conservação do cerrado brasileiro. **Megadiversidade**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 147-155, jul. 2005.

KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um xamã Yanomami. Prefacio de Eduardo Viveiros de Castro. SP. Ed. Companhia das Letras 2015.

LISBOA, Pedro. **Rondônia colonização e floresta**. Programa POLONOROESTE relatório de pesquisa.n.9 Cnpq. Brasília. 1990.

MESQUITA Helena Angélica de. **CORUMBIARA: O Massacre dos camponeses**. Rondônia, Tese de doutorado. Departamento de Geografia FFLCH/USP. São Paulo, 2001.

MEZACASA, Roseline. **Uma visita aos escritos de Erland Nordenskiöld**: entre indígenas e seringais no vale do Guaporé. *In*: PINHEIRO, Z.; Barboza, J.J.; Santos, A. M. (Orgs). **Tradições reinventadas**. Editora temática, Porto Velho, 2017.

MIRANDA, Izildinha Souza; ALMEIDA, Samuel Soares, DANTAS†, Paulo Jorge **Florística e estrutura de comunidades arbóreas em cerrados de Rondônia**, Brasil - Revista Acta Amazônica Vol. 36(4) 2006, 419-430.

RAMBALDI, Denise; OLIVEIRA, Daniela A. S. (Orgs). **Fragmentação de ecossistemas causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas**. Brasília. MMA/SBF 2005.

REPÓRTER BRASIL. **Conexões Sustentáveis São Paulo – Amazônia. Quem se beneficia com a destruição da Amazônia**. ONG Repórter Brasil e Papel Social Comunicação. 2008.

_____. **O Brasil dos agrocombustíveis**. ONG Repórter Brasil e Papel Social Comunicação. 2009.

ROLLA, Alicia; RICARDO, Fany. **O desmatamento em Rondônia avança sobre áreas protegidas. Notícias socioambientais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 14 jul. 2005. Disponível em www.socioambiental.org. Acesso em: 22 jan. 2017.

ROBERT *et al.* **A beleza das roças**: agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. Belém, v. 7, n. 2, p. 339-369, maio-ago. 2012

SALES, Maik da Silva. **Relatório final do projeto Pibic A Cartografia temática no diagnóstico socioambiental da T.I. Tubarão Latundê/ RO**. 2013/2014. Departamento de Engenharia Ambiental. Universidade Federal de Rondônia, 2014.

SILVA, Ricardo G. **A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. GEOUSP – espaço e tempo online.** São Paulo v.18. n.2. p. 298-312, 2014.

THÉRY, Hervé. **Rondônia Mutações de um Território Federal na Amazônia Brasileira.** Tese doutorado. Universidade Paris I em 15 de Junho de [1976]. 2012.

_____. O que aconteceu desde então? Posfácio do livro Estradas e desmatamento na Amazônia brasileira: Rondônia 1974-1996. (Posfácio, 2010)

_____. **Estradas e desmatamento na Amazônia brasileira: Rondônia 1974-1996.** [1996] 2010 Tradução de um artigo publicado na revista M@ppemonde 3/97: Disponível em: <<http://www.mgm.fr/PUB/Mappemonde/M397/Thery.pdf>>, Acesso em set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **ATLAS BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS: 1991 a 2012 /** Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. 2. ed. rev. ampl. – Florianópolis: CEPED UFSC, 2013.

VASCONCELOS, Ione P. Aikanã. In: RICARDO, Fany Pantaleoni (Org.). **Enciclopédia dos povos indígenas.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/aikana>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

VOORT, Hein Van Der. **Fala fictícia fossilizada: o tempo futuro em Aikanã** Bol. Museu Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum. Belém, v. 8, n. 2, p. 359-377, maio-ago. 2013.

WARMING, E. Lagoa Santa, in Warming, E. & Ferri, M.G. **Lagoa Santa e a Vegetação de Cerrados Brasileiros,** EDUSP, São Paulo e Livraria Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1973.

Sites pesquisados

www.socioambiental.org

www.imazon.org.br

www.ibge.gov.br

*

Agradecemos pela disponibilização dos mapas feitos por Mayk da Silva Sales (Departamento Engenharia ambiental- Universidade Federal Rondônia) durante desenvolvimento de projeto PIBIC -2013-2014, sob nossa orientação – Prof^a. Maria Lucia Cereda Gomide.

Sobre os autores

Maria Lucia Cereda Gomide – Professora da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, Departamento de Educação Intercultural. Pós-doutorado, no programa de Pós-graduação de Geografia Física da FFLCH/ Universidade de São Paulo. (2009-2010), e pós doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, Departamento de Geografia(2017-18). Doutora em Geografia Física pela FFLCH-USP (2009), mestre em Geografia Humana pela FFLCH/USP (2004), ambos com bolsa do Cnpq. Atualmente pesquisa principalmente na área de geografia humana, e em educação escolar intercultural. Possui formação em ilustração científica botânica, tendo participado de

várias exposições. Menção Honrosa do Prêmio Capes de Tese 2010, área de Geografia.. **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-5878-4800>

Carlos Aikanã – Professor indígena da escola da T.I. Tubarão Latunde, graduado pelo Departamento de Educação intercultural da Universidade Federal de Rondônia **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-6172-1536>

Como citar este artigo

GOMIDE, M. L. C; AIKANÃ, C. Terras indígenas em áreas de transição Cerrado-Amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 233-258, dossiê., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Os autores **Maria Lucia Cereda Gomide** e **Carlos Aikanã** ficaram responsáveis pelo desenvolvimento teórico conceitual; pela aquisição, interpretação e análise de dados e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 11 de abril de 2019.
Aceito para a publicação em 16 de setembro de 2019.
